Resumo Neste artigo recorda-se a figura de Maria de Lourdes Pintasilgo enquanto Primeira-Ministra, candidata a Presidente da República, presidente e membro de comissões internacionais de alto nível, mas também enquanto cidadã interventiva, defendendo o reconhecimento do valor e do trabalho das mulheres e pela sua participação na esfera pública e encorajando uma ética do cuidado.

Palavras-chave Maria de Lourdes Pintasilgo, estadista, pensamento novo, cidadania, sociedade activa, contrato social entre homens e mulheres, direitos sociais

Evocá-la é lembrar um pensamento sempre novo. Qualquer que fosse o tema proposto ou a função exercida era fresca a sua reflexão e radiante o seu sorriso. Mesmo que não gerasse consensos. Surpreendia sempre.

Evocá-la é lembrar esse legado de procura e de insatisfação. De convicção e de humanidade. De intervenção e de debate.

Evocá-la é perceber o que perdemos e a falta que nos faz. Como referência que não parou no tempo, nem se deixou ficar a recordar o que fez e o que foi.

Evocá-la é lembrar um modelo de mulher que sabia o seu valor e que o queria reconhecido sem intermediação masculina. Uma mulher que trabalhou muito para dar voz audível às mulheres e ao seu mundo. E para fazer as mulheres tomarem consciência de que há mais mundo para além do que lhes disseram ser o delas.

Lembro Maria de Lourdes Pintasilgo de longe, e de mais perto.

De longe, quando ousou aceitar o que nenhuma antes dela aceitara em Portugal, quando mudou o paradigma formal de uma função cimeira, revelando alegremente aos jornalistas que iria ser Primeira-Ministra. Ouvi então dizer: «Só mesmo uma mulher para falar demais!». Ficou-me desse tempo o exemplo de uma mulher que não se fardava de homem para exercer o poder, antes o dessacralizava e o tornava próximo, que não se queixava do fardo, que via o prazer e a oportunidade para a mudança que vinha sonhando. Ficou-me desse tempo o exemplo de um querer contagiante para materializar rapidamente a utopia em nome da justiça.

De longe me lembro dela, quando também pela primeira vez, disse às mulheres e aos homens deste País que uma mulher queria e podia ser o símbolo

da Pátria. Pouca gente fez caso, mas muita gente lhe fez pagar por isso um preço alto. Em desilusão, em falta de reconhecimento oficial, em desaproveitamento ostensivo do seu talento e do seu prestígio.

De longe ainda, a recordo, precavendo quem a queria ouvir contra armadilhas várias que o espaço público reserva às mulheres: «Não sejamos ingénuas!» E não era amargura nem despeito. Era apenas lucidez e solidariedade por antecipação.

Uma vez mais, de longe, senti um grande orgulho português quando soube que integrara o Grupo de Peritos de Alto Nível da OCDE, cujo relatório pioneiro «Conduzir a mudança estrutural – o papel das mulheres» haveria de inspirar tanto entusiasmo, tanta inovação e tantas tentativas de intervenção. Agora com base na actualização do contrato social entre homens e mulheres sobre a igual repartição de direitos e de responsabilidades tanto na família como no emprego. Estávamos em 1991 e já esse relatório denunciava o trabalho a tempo parcial para as mulheres como nefasto para a igualdade de género:

As modificações introduzidas no contrato em matéria de emprego – como o emprego a tempo parcial – foram marginais e tiveram um efeito reduzido sobre a norma do emprego e dos papéis masculinos ou femininos. Porque as mulheres ‘escolhem’ a maior parte das vezes trabalhar a tempo parcial por razões familiares, a sua actividade profissional é relegada para segundo plano ou considerada como marginal. A maioria das mulheres que trabalham a tempo parcial não são dispensadas das suas obrigações domésticas nas proporções correspondentes. A observação dos factos em certos países leva a pensar que as mulheres empregadas a tempo completo transferem mais facilmente uma parte das suas responsabilidades domésticas para outros membros da família. Paradoxalmente, a ‘dupla tarefa’ é então mais pesada para as mulheres empregadas a tempo parcial. Tal como hoje se apresenta, o trabalho a tempo parcial arrisca-se a perpetuar a repartição tradicional das actividades mercantis e não mercantis entre homens e mulheres (OCDE, 1991: 11).

De longe, uma vez mais, a soube Presidente do Comité de Sábios «Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais». A declarar sem equívocos, em 1996:

Direitos cívicos e direitos sociais tornam-se interdependentes. Na tradição europeia, os direitos sociais e os direitos cívicos são, de facto, inseparáveis. É ‘a liberdade e as condições da liberdade’ é o reflexo de ‘democracia e desenvolvimento’.

Aqui emerge a cidadania em toda a sua clareza. Significa que, ao colocar a questão dos direitos sociais, abrangemos de imediato todo o conjunto de direitos que se exprimem na ‘cidadania’. Aprofundar esta cidadania no quadro da União não poderá constituir, para cada país, senão uma ocasião para ir mais longe na sua própria cidadania.

Se a evolução dos direitos sociais nos países da União a obriga a dar um passo decisivo na sua construção, apenas no âmbito dessas competências a sua responsabili-

dade terá expressão. Mais do que em qualquer outro caso, os direitos sociais unem-se à diversidade, ao múltiplo, no espaço da União: as responsabilidades dos Estados-Membros saem, assim, reforçadas.

Ao longo da história da União, a cidadania foi-se materializando progressivamente. Uma etapa jurídica importante foi consagrada pelo Tratado de Maastricht. Mas a União pratica já o respeito e a promoção da dimensão social da cidadania. O Parlamento e a Comissão deram nesse domínio os primeiros passos; aquele, através das suas propostas relativas aos direitos fundamentais (1989/1996), esta através dos diferentes capítulos de políticas sociais que estimula e coordena e, sobretudo, pela Carta Social cuja iniciativa é da sua responsabilidade.

Estes direitos sociais que se entrelaçam com os direitos cívicos e explicitam a cidadania só podem ter, segundo a opinião do Comité, uma consequência: a proposta de uma ‘Bill of Rights’ deve passar a ser um alvo importante na evolução da União.

Por este motivo, o Comité propõe que, numa primeira etapa, ... se integrem no Tratado direitos fundamentais sociais e cívicos, tornando assim explícito o empenhamento da União na formulação de uma ‘Bill of Rights’ que possa conduzir-nos ao limiar do Séc. XXI.

Uma vez incluídas estas propostas no Tratado, o Comité recomenda que este trabalho seja concluído no decurso de uma segunda etapa que considera de importância capital para o futuro da União: o aperfeiçoamento da ‘Bill of Rights’ ainda embrionária. Pelo interesse imediato e directo que este processo pode suscitar, dinamizará o compromisso dos cidadãos europeus, dos grupos sociais e económicos, em suma da sociedade civil de todos os países da União.

Por conseguinte, para o Comité, o desafio actual não consiste apenas em alterar, no domínio que lhe incumbe, esta ou aquela disposição dos tratados. Trata-se sim, de lhe conferir um outro impulso, uma outra dimensão. Trata-se de uma *verdadeira refundação da União Europeia*. A resposta a este desafio é a exigência do momento presente e a garantia de um novo despertar dos europeus para a sua pertença, enquanto cidadãos, à União.

Não foi nem quando nem como Maria de Lourdes Pintasilgo e o seu Comité de Sábios propuseram – e ela bem deu sinal da sua insatisfação – mas é um facto que no «limiar do limiar do Séc. XXI», na Conferência de Nice, em Dezembro de 2000, a União Europeia se dotou de uma Carta de Direitos Fundamentais, que, pela primeira vez após a Declaração Universal dos Direitos Humanos, reuniu num mesmo instrumento, direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais. E que, em 2004, integrou esse instrumento num Tratado que aprova «Uma Constituição para a Europa».

Mas também de perto lembro Maria de Lourdes Pintasilgo, quando eu própria fui voz oficial em defesa da igualdade de homens e mulheres. Recordo a simpatia e a generosidade com que aceitou o convite para participar no Colóquio Internacional organizado pelo Conselho Económico e Social (CES) e pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE) que comemorou os 20

anos desta Comissão. E ainda me parece ouvi-la, nesse dia de Verão de 1999, no Grande Auditório do Centro Cultural de Belém, ao lado do Presidente do Tribunal Constitucional, dissertar sobre trabalho e liberdade:

Enquanto, na **economia industrial**, o crescimento era baseado em instrumentos maiores e mais rápidos, e num investimento produtivo em *hardware* em vez de *software*, em máquinas mais do que em organização, em produtos materiais mais do que em comunicação,

na **economia de serviços** será o conhecimento, a informação, a tecnologia de serviços que terão o papel dominante.
...

Na economia de serviços serão mais frequentes e numerosas as situações de incerteza.
...

Daí a necessidade de um novo tipo de exigências: mais inteligência, mais racionalidade, mais iniciativa, maior capacidade de intuição.

E, como consequência, a necessidade de uma educação
Que, acima de tudo, ensine a pensar.
...

Só se pode fazer face às grandes mudanças no mundo
Através de transformações radicais
sobre **o conteúdo do trabalho**
e sobre o seu lugar na vida das pessoas.

O trabalho é **um todo**,
Um continuum,

que não pode mais assumir as mesmas formas ao longo de toda a vida.

O vínculo de «subordinação» tem de transformar-se, para garantir trajectórias de vida que incluem períodos de **relação contratual**, de **formação**, de **trabalho independente**.

Como diz o comité de peritos da Comissão Europeia
«o direito ao trabalho
deve **ser o direito**
de todas as formas de trabalho».

Esta perspectiva abre para uma verdadeira liberdade no domínio do trabalho.
Um direito do trabalho assim concebido permite a cada um

- formar-se mais intensamente ou até diversamente,
- tomar iniciativas,
- consagrar-se a exigências da vida familiar,
- dedicar-se a actividades não lucrativas,
- reencontrar o seu lugar no mercado de trabalho. (Alain Supiot)

Nesse *continuum*,

cada segmento possui um valor económico próprio
quer se trate de trabalho para mera sobrevivência
quer de empregos clássicos de produção de bens e serviços
quer de trabalho não remunerado em voluntariado
(e que diz muito sobre a **consciência cívica**
de uma sociedade)
quer desse mundo de espantoso valor económico
que é o trabalho não remunerado
e não-monetarizado
realizado até hoje sobretudo pelas mulheres na família.
...

O trabalho é uma das componentes com maior **carga civilizacional**
da dignidade humana
já que ocupa, pelo menos, a metade das nossas horas despertas,
dá à pessoa o sentido de **pertença social**,
permite o reconhecimento social por parte dos outros.
...

A **sociedade activa** é uma sociedade **intrinsecamente participativa**
em que todos, em qualquer momento, contribuem
para o que Alain Touraine costuma chamar
‘a produção da sociedade’
ou que poderemos descrever
como o conjunto dos sistemas e sub-sistemas de todos os tipos
que, sendo autónomos,
são, no entanto, interdependentes e assim constroem
a sociedade.

Intensificar na sociedade a sua dimensão 'activa' ultrapassa as tentativas de realizar o pleno emprego ou aumentar a produção da força laboral.

Significa avançar audaciosamente para encorajar a participação económica e social, reconhecendo as múltiplas áreas de actividades, mercantis ou não, nas quais os indivíduos estão empenhados, e ter em conta a interdependência crescente entre essas áreas de actividades.

A sociedade activa é a sociedade que reconhece que **todas as actividades** são dignas de respeito porque todas contribuem para o seu equilíbrio, progresso e coesão.
Só numa sociedade em que esse respeito permaneça vivo é que a sociedade devolve a cada pessoa a **dignidade fundamental** que está na base dos seus direitos.

A sociedade activa reconhece que **os objectivos de cada pessoa** variam ao longo da vida e assegura que esses objectivos possam ser realizados (Pintasilgo, 2000: 53 e ss.).

Avançar audaciosamente foi um projecto de vida que, em meu entender, Maria de Lourdes Pintasilgo cumpriu com determinação e com coragem. E a iniciativa que inspirou e que animou com o Projecto «Por uma sociedade activa» provou-o uma vez mais:

O Projecto «Para uma Sociedade Activa» lançou, no biénio de 1999-1998, no âmbito do IV Programa para a Igualdade de Oportunidades entre Mulheres e Homens da Direcção-Geral V da Comissão Europeia, um amplo debate sobre a questão da Conciliação entre Vida Profissional e a Vida Familiar de Mulheres e Homens, pondo a tónica na sensibilização para a necessidade de se fazerem mudanças ao nível das estruturas familiares e da organização do trabalho. ...

A identificação e análise de problemas e obstáculos experimentados no quotidiano permitem identificar as estratégias e as medidas que, ao resolverem a questão da conciliação da vida profissional e familiar, permitirão uma melhor qualidade de vida para cidadãs e cidadãos.

Foram genericamente identificados como principais obstáculos:

– a socialização e os papéis atribuídos aos homens e às mulheres, respectivamente nas esferas da vida pública e da vida privada;

- a organização da vida económica e profissional pensada em função da divisão sexual do trabalho e as disfunções e formas de discriminação daí decorrentes (desigualdade nos salários; desiguais oportunidades de acesso, promoção e realização; desregulamento de horários de trabalho; penalização da maternidade, etc.);
- a organização da vida pública e, em particular, da vida política e a desmobilização de cidadãos e cidadãs, com particular relevância para estas, que são objecto de formas específicas e indirectas de exclusão;
- a organização da vida familiar ainda assente em estereótipos e papéis sexuais de difícil evolução, a difícil partilha de tarefas e responsabilidades, a sobrecarga física e psicológica para as mulheres, o desgaste das relações, etc.;
- a não existência de estruturas em número suficiente para apoio às crianças e aos dependentes (idosos, deficientes) e para apoio à vida familiar;
- a cultura de competição que começa na escola e continua na vida de trabalho, na vida política e noutras esferas da vida pública.

Foram propostas medidas e estratégias em várias áreas e a vários níveis, sendo porém de acentuar, como nota preliminar, que tais estratégias e medidas devem ser enformadas por *uma visão e um pensamento globais*, já que a questão da conciliação não se resolve apenas com algumas medidas sectoriais, mas a partir de um conhecimento enraizado na realidade e reunindo um esforço concertado de vontades.

Tal visão terá que incluir um novo olhar revalorizador sobre a vida privada e as responsabilidades familiares e uma nova cultura de família, mas também uma nova cultura de trabalho e de vida profissional e pública, enquanto intervenção social e exercício de cidadania.

Tal visão deverá questionar os papéis tradicionais, a divisão sexual do trabalho, as imagens estereotipadas que se mantêm, não obstante a evolução social e também a organização social tal como ela se mantêm e como se pretende que se mantenha, como se a mesma fosse imutável.

Tal visão global deverá enformar estratégias a desenvolver a vários níveis:

- ao nível da educação quer em programas e curricula, quer na formação de docentes e outros agentes de ensino;
- ao nível da vida económica e profissional, implicando uma nova organização da vida de trabalho e do tempo de trabalho e a eliminação de todas as formas de discriminação directa e indirecta e o estabelecimento de uma nova cultura empresarial;
- ao nível da protecção da maternidade/paternidade e exercício das responsabilidades familiares;
- ao nível da vida política e pública, implicando um repensar da própria cultura política e do exercício das suas responsabilidades em novos moldes;
- ao nível da vida familiar, sensibilizando para a partilha e co-responsabilização;
- ao nível dos mass media, encorajando o exercício efectivo da sua responsabilidade social para a mudança;

– ao nível da organização da vida social e de serviços de apoio às populações – serviços sociais, de transportes, de saúde, etc., bem como de formas de urbanização e planeamento mais humanizados.

Assim, as medidas e recomendações propostas, umas de carácter legislativo outras de carácter político, encontram-se estruturadas em três vertentes:

- Medidas relativas à mudança cultural
- Medidas relativas à mudança da organização social
- Recomendações relativamente aos media.
- Válidas e necessárias enquanto medidas sectoriais, com elas se pretende não apenas pequenas correcções a uma ordem social que se pretendia imutável, mas ir mais longe e pôr em questão essa mesma ordem social. Assim, há que repensar o tempo, repensar o conceito de trabalho e de família, os modelos vigentes de vida profissional e os valores a eles subjacentes (1999: 7 e ss.).

Foi esta exortação que esteve na base da opção da Presidência portuguesa da União Europeia, em 2000, pelo tema da conciliação da actividade profissional com a vida profissional, de que haveria de resultar uma Conferência Internacional em Évora e uma Resolução do Conselho da União¹. Um instrumento que, segundo Dominique Meda, estabelece

um laço evidente entre a má situação profissional das mulheres e a má partilha de tarefas entre homens e mulheres ... [e onde] se afirma, num texto com vocação europeia, que, se queremos que as mulheres invistam, como elas o desejam, no mercado de trabalho, é certamente necessário que sejam tomadas medidas antidiscriminatórias e iniciativas no domínio do trabalho, mas também, absolutamente, que ao mesmo tempo, sejam tomadas medidas no âmbito do que ainda chamamos a esfera privada, com vista a que os homens se encarreguem muito mais das tarefas familiares e domésticas (2001: 158).

Dez anos depois, o Relatório da OCDE já mencionado continuava actual:

As estratégias de compromisso não trazem soluções, apenas tratam os sintomas do mal. A verdadeira causa – ou seja, a repartição tradicional das actividades mercantilizadas e não mercantilizadas entre homens e mulheres e a dificuldade de conciliar responsabilidades profissionais e familiares – permanece intacta. A ausência de medidas para resolver as tensões que daí resultam custa cara à sociedade: *stress*

1 Resolução do Conselho e dos Ministros do Emprego e da Política Social reunidos no seio do Conselho, de 29 de Junho de 2000, relativa à participação equilibrada das mulheres e dos homens na actividade profissional e na vida familiar (2000/ C 218/02).

acrescido, em particular nas mulheres; risco para as pessoas a cargo de serem menos bem cuidadas; dissolução mais frequente das famílias; mas também falta de produtividade e subida do absentismo e da instabilidade entre os trabalhadores constringidos para assumir responsabilidades familiares difíceis de conciliar com uma actividade profissional.

Um ajustamento importante se impõe para resolver as contradições inerentes ao contrato social. Trata-se, antes de mais, de uma melhor compatibilidade entre as responsabilidades domésticas e profissionais, tanto no quotidiano como no ciclo de vida; trata-se depois de um quadro institucional e de uma infraestrutura social que reflectam a evolução da composição da população activa, e que ofereçam as mesmas possibilidades aos homens e às mulheres de combinar emprego e responsabilidades familiares (1991: 11).

Ao recordar Maria de Lourdes Pintasilgo mais de perto creio ter também demonstrado a influência clara do seu pensamento na nova geração de políticas públicas em matéria de igualdade de homens e mulheres adoptada em Portugal no limiar do milénio.

Pessoalmente, devo à inspiração e ao encorajamento de Maria de Lourdes Pintasilgo no Relatório da Comissão Independente sobre População e Qualidade de Vida, à qual presidiu, a proposta que venho fazendo² de inclusão do direito fundamental ao cuidado e do dever fundamental de cuidar no elenco dos direitos humanos. Sublinha aquele Relatório:

Procuramos uma ética universalmente aceite de cuidarmos dos outros seres humanos (...). É dentro deste sistema de valores do «cuidar» que uma melhoria sustentável da qualidade de vida pode tornar-se o objecto essencial da política.

Por ser baseado, como é, na interacção constante, o cuidar tem a capacidade de promover atitudes e práticas igualitárias. Acreditamos que o cuidado se deve tornar visível. (...)

Temos a convicção de que o «cuidar» fornece o alicerce para a actividade social futura – pela atenção às necessidades concretas dos indivíduos e dos grupos, pelas reacções implícitas na satisfação dessas necessidades e pela firmeza do seu compromisso (1998: 343 e ss.).

De Maria de Lourdes Pintasilgo fica-me a memória de uma Estadista à escala global, que o seu povo não quis entender. Fica-me, como parte desse povo, uma mágoa grande pela incapacidade colectiva que tivemos de lhe fazer sentir a nossa gratidão pelo que fez por Portugal, dentro e fora do País. Fica-me a luz do seu pensamento livre e bravo a renovar-se sempre, ao serviço de um ideal de

2 Designadamente em artigo inserido no nº 10 da revista *ex-aequo*, p. 83 e ss: *Novas respostas do direito para a concretização da igualdade de género*.

democracia cada vez mais exigente para as pessoas viverem cada vez melhor. Fica-me o brilho vagamente irónico dos seus olhos e a palavra como força vital e agente de mudança. Ouço-lhe o ritmo encantatório, o entusiasmo mobilizador, a gargalhada, a crítica, a discordância, a preocupação, a rebeldia. E ouvi-la, é perceber porque não teve um funeral de Estado.

Talvez um dia, um dia em que o poder político seja, na nossa terra, exercido em paridade por homens e por mulheres, talvez quando o tempo for o que ela quis que pudesse ser, talvez então se entenda a importância dos símbolos para a participação equilibrada de homens e mulheres no processo de decisão. E quando esse tempo vier, espero que Maria de Lourdes Pintasilgo tenha lugar no Panteão Nacional. Seremos nós a ficar em paz.

Referências Bibliográficas

- Comissão Europeia (1996), *Para uma Europa dos Direitos Cívicos e Sociais – Relatório do Comité de Sábios*, Luxemburgo, Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Independente População e Qualidade de Vida (1998), *Cuidar o Futuro – Um programa radical para viver melhor*, Lisboa, Trinova.
- Cunha Rêgo, Maria do Céu da (2004), *Novas respostas do direito para a concretização da igualdade de género in ex-aequo* n.º 10, Porto, Edições Afrontamento, 83-101.
- Meda, Dominique (2001), *Le temps des femmes – Pour un nouveau partage des rôles*, Paris, Flammarion.
- Organisation de Coopération et de Développement Économique (1991), *Conduire le changement structurel – Le rôle des femmes*, Paris, OCDE.
- Pintasilgo, Maria de Lourdes (2000), «Para a Igualdade, o Imperativo da Redefinição do Trabalho», in *Colóquio Internacional 'Igualdade de Oportunidades entre mulheres e homens no Trabalho, no Emprego e na Formação Profissional'* – Lisboa, CITE, 43-60.
- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, *Relatório do Desenvolvimento Humano de 1999*
- Projecto «PARA UMA SOCIEDADE ACTIVA» *Medidas e Recomendações para a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar de mulheres e homens* (1999), Lisboa, GRAAL.

Maria do Céu da Cunha Rêgo é licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, exerce actualmente funções na Direcção-Geral dos Assuntos Consulares e Comunidades Portuguesas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, foi Vice-Presidente da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, Presidente da Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego e Secretária de Estado para a Igualdade.